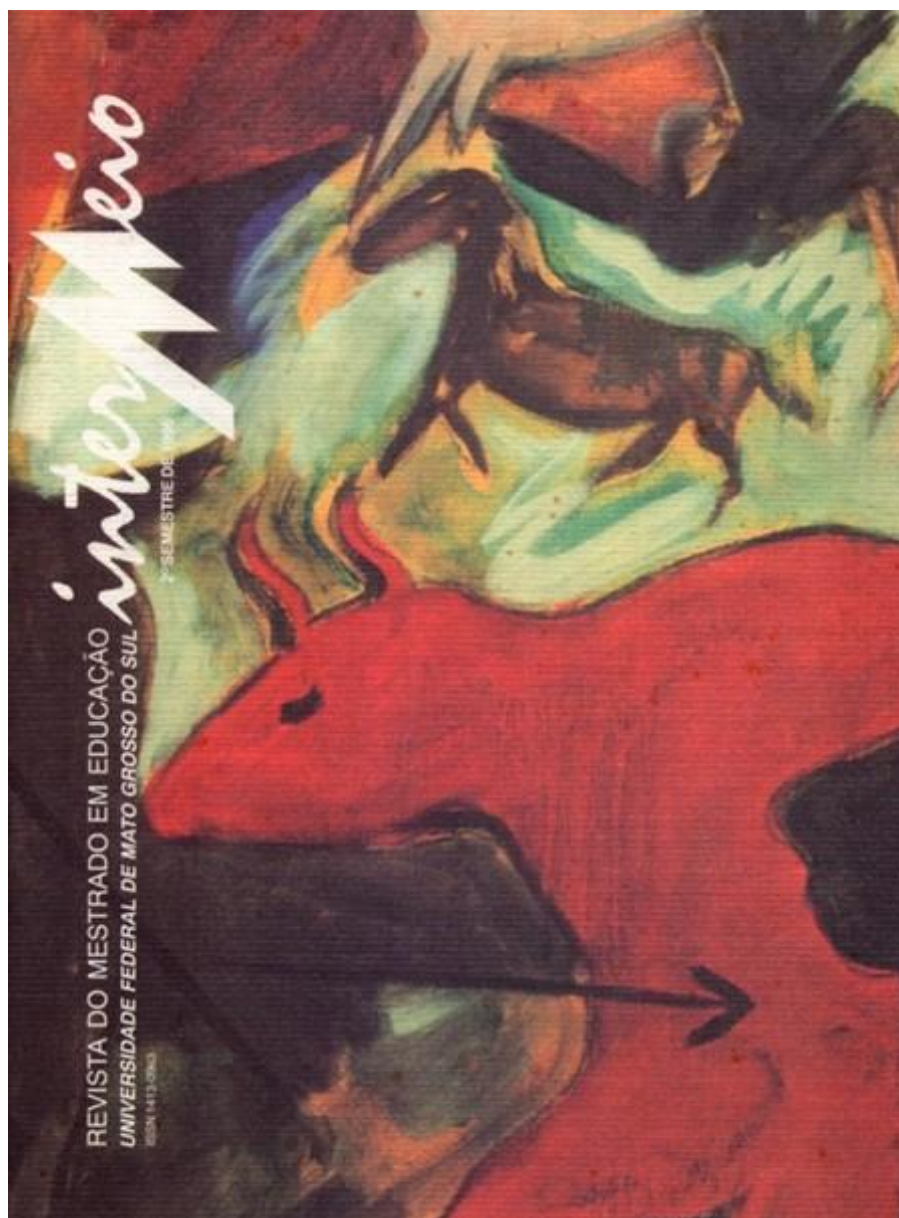
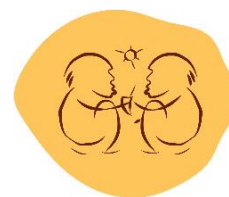


# Intermeio

Campo Grande, MS, v.1, n.2, 1995  
(Capa)



*Gilberto Luiz Alves*  
INSTITUTO CULTURAL

[www.icgilbertoluizalves.com.br/](http://www.icgilbertoluizalves.com.br/)

Visando entender a questão indígena na atualidade, este trabalho discute o modo como se vem dando a reprodução material dos grupos indígenas no interior da sociedade capitalista. Para tal é preciso caracterizar, ainda que em linhas gerais, a forma de inserção das populações indígenas no interior desta mesma sociedade, visando compreender como as tendências gerais de desenvolvimento do capital hoje determinam a produção/reprodução desses grupos. Utilizamos como referência para este estudo dois grupos indígenas fixados no estado de Mato Grosso do Sul - Kadiwéu e Terena.

Palavras-chave: Índios - Mato Grosso do Sul; Índios - reprodução material; Índios - Mato Grosso do Sul: história

*In an attempt to understand the Indian question today, this work discusses how material reproduction of Indian tribal groups is being realized within capitalist society. To this end, it is necessary, albeit in a general way, to characterize the form of insertion of indigenous populations in this society, in order to understand how general tendencies of capital development determine the production/reproduction of these groups today. For this purpose, in this study, we have used two tribal groups located in the state of Mato Grosso do Sul, the Kadiwéu and the Terena.*

*Keywords: Indians - Mato Grosso do Sul - Indians: material reproduction - Indians - Mato Grosso do Sul: history*

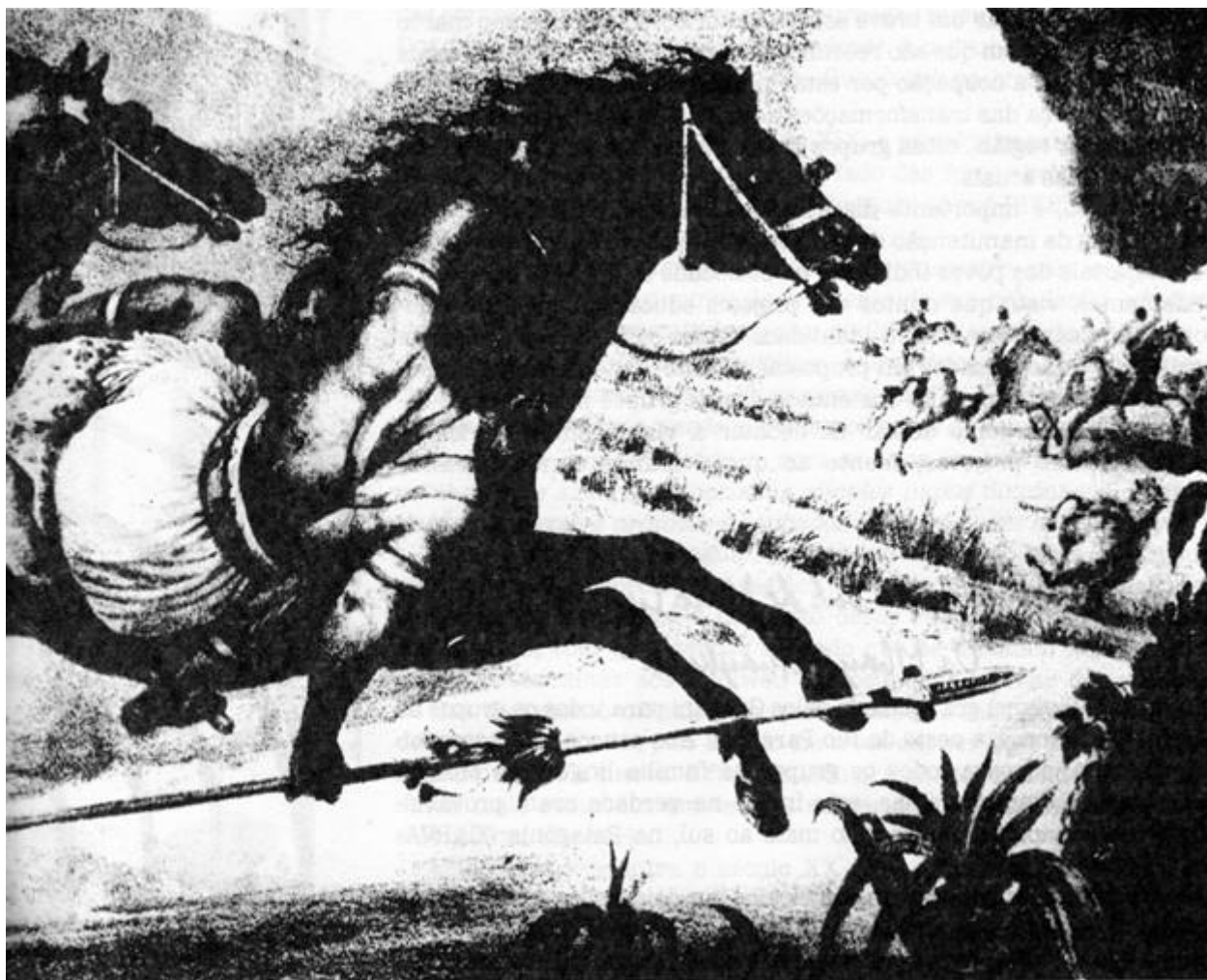


*Carça de cavalaria Guaikuru, segundo J. B. Debret - 1854*



*Mulher Xaraye pintada, xilogravura de Ulrich Schmidt - 1840*

SILVIA HELENA ANDRADE DE BRITO é formada em Ciências Sociais pela USP/SP. Na UFMS, é aluna do curso de Mestrado em Educação e atua como professora nas áreas de Antropologia e Sociologia no Centro Universitário de Corumbá.



## *Produção/Reprodução dos Grupos Indígenas na Sociedade Capitalista Atual*

UM ESTUDO SOBRE OS GRUPOS KADIWÉU E TERENA  
DE MATO GROSSO DO SUL

*Silvia Helena Andrade de Brito\**

---

Entender a questão indígena, na atualidade, implica em uma discussão sobre o modo como se vem dando a reprodução material destas populações, no interior da sociedade capitalista. Para atingir este objetivo, é preciso caracterizar, ainda que em *linhas gerais*, a forma de inserção destes grupos no interior desta mesma sociedade. O que deve levar-nos, necessariamente, ao entendimento de *como* as tendências gerais de desenvolvimento do capital hoje *determinam* a produção/reprodução destes grupos.

Neste sentido, utilizaremos dois grupos indígenas fixados no Mato Grosso do Sul como referência para este estudo - Kadiwéu e Terena. Não poderíamos, dados os limites deste trabalho, apresentar uma análise exaustiva do processo de inserção destes grupos na sociedade capitalista. Procuraremos,

desta forma, elaborar um breve esboço histórico, tomando como marco inicial o momento em que são reconhecidas, pelo Estado, áreas especiais *reservadas* para a ocupação por estas populações. Ou seja, o momento em que, por força das transformações advindas do desenvolvimento capitalista nesta região, estes grupos fixam-se nas áreas onde se localizam, até os dias atuais.

Além disso, é importante discutirmos a relação existente entre a possibilidade de manutenção de uma dada identidade étnica e as condições materiais dos povos indígenas na sociedade atual. Esta temática é fundamental, visto que muitos dos projetos educacionais - entre outros - que visam fortalecer a identidade étnico-cultural dos indígenas brasileiros, estão calcados em propostas de auto-sustentação ou desenvolvimento econômico auto-sustentado destes grupos na sociedade capitalista. Não há como deixar de debater a viabilidade histórica (e política) destes projetos, frente ao que o mundo contemporâneo descortina.

### *Os Índios do Sul de Mato Grosso: Os Mbayá-Guaykurú*

O nome Guaykurú era utilizado pelos Guarani para todos os grupos de caçadores-coletores, a oeste do Rio Paraguai. Aos poucos este nome foi-se generalizando para todos os grupos da família lingüística Mbayá. Classificados como pampidas, estes índios na verdade eram provavelmente originários de uma região mais ao sul, na Patagônia (CARVALHO, 1992:467).


Os Mbayá-Guaykurú ficaram conhecidos por dois traços distintivos de seu modo de vida. Por um lado, já antes da colonização dominavam outros grupos, principalmente os lavradores Guaná (Alto Paraguai). Estas relações intensificaram-se após a doma do cavalo pelos Guaykurú, que fora introduzido pelos espanhóis na primeira metade do século XVI. A domesticação do cavalo permitiu-lhes acompanhar mais facilmente os bandos de cervos, veados, porcos e toda a caça, em seus movimentos migratórios, durante os períodos de cheia/vazante do pantanal. Permitiu-lhes ainda, por outro lado, estender seu domínio econômico e político por vasto território, que ia de Cuiabá, em Mato Grosso, até Assunção, no Paraguai; das aldeias Chiriguano, na encosta andina, até a área Guarani, nas matas ciliares da bacia do Rio Paraná (RIBEIRO, 1982:80). Neste sentido, os Guaykurú não só intensificaram suas antigas relações com as tribos agricultoras (proteção contra os portugueses x gêneros agrícolas), como passaram a ser os intermediários nas trocas realizadas por estes índios com europeus ou com outros grupos tribais.

O estabelecimento dos Mbayá-Guaykurú em um território definido dá-se no século XVIII, mais exatamente a partir de 1791. Nesta época, compelidos pelo avanço colonial sobre parte de seu território, dois chefes Guaykurú dirigem-se a Vila Bela e fecham um acordo com os portugueses. Assim, segundo Boggiani (Apud CARVALHO, 1992:468)

*"... Os Uatedéo, os Ejuco, os Cadiueo, e outras hordas se transferiram de seus antigos pousos junto às colônias espanholas e especialmente da vizinhança do forte Bourbon ou Olimpo, para o território de Albuquerque, ao passo que aqueles do rio Mondengo se puseram sob a proteção do forte português de Miranda, construído para defesa das supostas ameaças espanholas."*

Este processo de estabelecimento dos grupos Mbyá-Guaykurú significou não apenas sua aliança com os portugueses, mas a delimitação do território a ser ocupado pelo grupo, bem como a proibição das hostilida-





des contra outros grupos, aliados de Portugal. Simultaneamente, intensificam-se os contatos entre colonizadores e o grupo Guaná, tornando desnecessária a intermediação dos Guaykurú na troca de bens entre estas duas populações.

Já na segunda metade do século XIX, e principalmente após a Guerra do Paraguai - na qual lutaram ao lado das forças brasileiras - suas condições de vida, segundo relato de Boggiani (Apud RIBEIRO, 1982:82), já se haviam modificado sensivelmente:

*"Aos poucos foi diminuindo seu poder guerreiro, com a perda dos antigos vassallos e a diminuição crescente de sua população, em virtude das doenças transmitidas pelos civilizados e do estancamento de suas principais fontes de crescimento: a preta de crianças e o aliciamento de adultos de outras tribos. No comércio com os brasileiros, principalmente de aguardente, perderam a maior parte de seus rebanhos, ficando reduzidos à miséria. Assim, com os anos de convivência pacífica, passaram de aliados senhoriais a simples índios dominados, de negociantes de cavalos próprios e roubados a meros peões de fazendas."*

Após a Guerra do Paraguai, apenas um subgrupo Mbayá-Guaykurú encontra-se estabelecido na região: os Kadiwéu. É também neste período que se intensifica a ocupação desta parte do Estado (Serra da Bodoquena), com as fazendas de gado que se instalam na região. As áreas pertencentes aos Kadiwéu são ocupadas, apesar da existência de um documento oficial, pelo qual o Império lhes garantiu a posse destas terras, doadas pelo Estado em troca dos serviços prestados pelos índios durante a guerra. O final do século, contudo, encontra os Kadiwéu ainda mais reduzidos em termos numéricos, e lutando para manter este último território.

Esta disputa adentra o século XX, pois a reserva Kadiwéu só foi definitivamente homologada pelo Decreto 89578, de 24 de abril de 1984. Neste mesmo ano, é registrada no cartório do município de Porto Murtinho (22 de maio de 1984) e regularizada no Serviço de Patrimônio da União (6 de novembro de 1984). A área demarcada, contudo, não é integralmente utilizada pelos índios. Até o final da década de 60, quando a FUNAI arrendou cerca de 90% da reserva Kadiwéu, esta já havia sido tomada por 31 lotes da Colônia Estevão de Figueiredo e por distintas levas de "invasores" (pequenos e grandes proprietários). Na década de 80, dos 400 mil hectares originalmente demarcados, Kadiwéu e Terena vivem em cerca de 20.832 ha, ou 10% da reserva. Além de todas as posses já citadas, a FUNAI ainda ocupava mil hectares com criação de gado. Nas palavras de Carvalho (1987:39)

*"[Este] procedimento é utilizado na abertura das frentes de expansão. Bodoquena, na área Kadiwéu, é um exemplo típico: fazendeiros adquirem terras do governo do Estado, muitas vezes por um preço irrisório e os governos de Estado especializaram-se em vender terras indígenas como sendo 'terras devolutas'. Depois, reserva-se freqüentemente uma área para nela instalar uma colônia agrícola, com lavradores sem terra expulsos de outras regiões."* (Grifos do autor)

## Os Guaná

Os atuais Terena são um subgrupo do povo Guaná, aruaques que viveram na região chaquenha desde a época pré-colombiana, de onde migraram seguindo os Mbayá, a partir da segunda metade do século XVIII (especialmente após 1767, quando foram expulsos os jesuítas). Entre os subgrupos Guaná, encontramos: 1. Layana (Chané); 2.

Nigueactemic (Niquecatemigi); 3. Terena (Etelena, Thelencos); 4. Echoaladi (Choarama, Chararena); 5. Kinikinao (Equiquinao, Quainaconas).<sup>1</sup> Destes grupos, apenas os Nigueactemic permaneceram no Chaco, até seu desaparecimento (PORANTIM, 1981:7).

Os subgrupos Guaná instalam-se na região da bacia do rio Miranda. Os Terena, em especial, começam a migrar para o Brasil, ao final do século XVIII, estabelecendo-se entre os rios Miranda e Aquidauana. Em 1841 dirigem-se ao Brasil os últimos grupos Terena do Paraguai, que residiam no vale de Narañjati.

Neste período (primeiras décadas do século passado), os Guaná já estabelecidos no Brasil ainda mantinham um relativo isolamento, principalmente os Terena, o subgrupo mais arredio. Já os Echoaldi, Layana e Kinikinao tinham um papel importante na economia regional, notadamente na produção agrícola. Bronislaw Susnik (Apud CARVALHO, 1987:23 et seq.) descreve os grupos Guaná neste período, sobretudo os Terena. Desenvolviavam uma política de convivência pacífica com outros grupos, especialmente preocupados com a formação de grandes aldeias, onde se concentravam nos trabalhos agrícolas.

O grupo Terena se subdividia em dois subgrupos: o *naati*, composto pelo cacique e seus parentes; e o *waherê-txané*, abrangendo os homens "comuns". Dentro destes subgrupos, existiam ainda duas metades endogâmicas - *sukirikionó* e *xumóno* - cujos respectivos membros casavam apenas entre si. Desta forma, os casamentos eram duplamente regulados: apenas se casavam os membros de uma mesma camada social (*naati* e *waherê-txané*) e, dentro dela, de uma mesma metade endogâmica. Deste universo social não participavam cativos e/ou membros de outras etnias, a não ser quando se tornassem chefes de guerra (*xunaxati*). Por outro lado, Susnik relata como a política de casamento entre famílias de caciques de várias aldeias (*naati*) permitiu manter o controle das povoações nas mãos da etnia aruaque (Apud CARVALHO, 1987:23 et seq.).

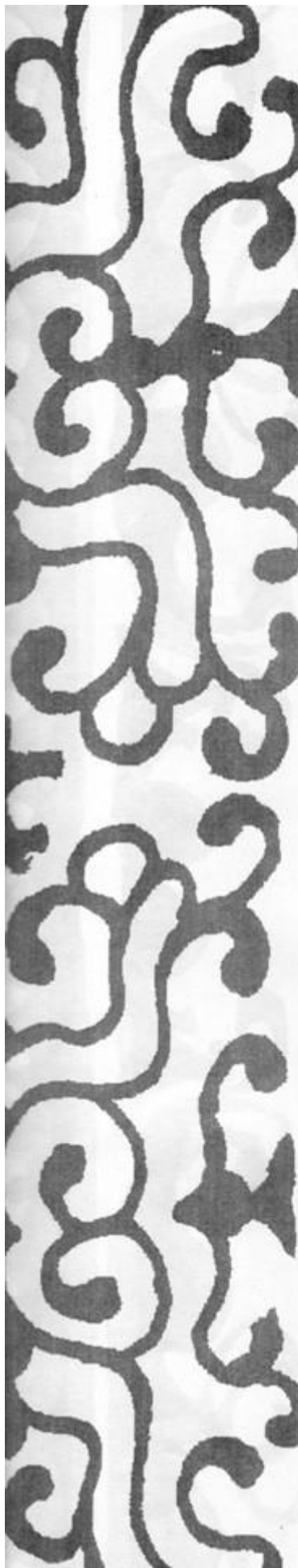
Os Terena eram agricultores sedentários. Plantavam milho, algodão, mandioca, fumo, batata-doce, cará e vários tipos de abóbora. Os homens eram responsáveis pelo preparo do terreno, enquanto as mulheres faziam a semeadura. Apesar de sua atividade principal ser a agricultura, também praticavam a caça, pesca (homens) e coleta de frutos (ambos os sexos). Produziam excedentes, com os quais praticavam o escambo, principalmente com os grupos Guaraní (ferro x mantas Guaná de algodão) e Mbayá-Guaykurú (estes últimos recebiam produtos agrícolas Guaná e ofereciam proteção contra investidas de outros tribos e/ou colonizadores).

Esta organização social vai sofrer profundas mudanças após a Guerra do Paraguai, quando os Terena se juntaram à população fugitiva e lutaram, ao lado dos Kadiwéu, junto com o exército brasileiro. Ao final do conflito, várias aldeias Terena, principalmente aquelas situadas na faixa de fronteira, estavam destruídas, e os índios, espalhados na região (CARVALHO, 1992:471). Outros grupos, ao voltarem para suas terras, encontraram-nas ocupadas por criadores de gado, que neste momento já começavam a penetrar nestas áreas. Na verdade, a maior parte dos grupos Guaná - especialmente os Layana e Kinikinao, os primeiros a

<sup>1</sup>Os nomes entre parênteses representam formas como eram denominados os subgrupos Guaná por outras tribos, especialmente Mbayá-Guaykurú.

<sup>2</sup>A Comissão Rondon descreve da seguinte forma a situação destes peões no início deste século: "São comumente explorados pelos fazendeiros. É difícil encontrar um camarada que não deva ao seu patrão os cabelos da cabeça. De fato, os desgraçados camaradas nada devem ao patrão: primeiro porque não são pagos pelo que valem e sim como (sic) redução que só aproveita ao patrão; depois, porque nas vendas efetuadas pelo patrão aos camaradas, estes são tão roubados, que jamais conseguem equilibrar-se





entrar na guerra - perderam as suas terras, o que os levou a dispersão ou ao trabalho nas fazendas, como peões.<sup>2</sup>

Os Terena, por outro lado, migraram das terras mais férteis do vale do rio Miranda para terrenos mais áridos, comprometendo sua reprodução enquanto lavradores. Destes subgrupos, apenas os Terena se mantêm até os dias atuais.<sup>3</sup>

Assim, os Terena integraram-se na sociedade local, quer como fornecedores de bens de consumo para as fazendas de gado que se formavam; quer engajando-se como força de trabalho nestas mesmas propriedades ou ainda atuando, um pouco mais tarde, na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e na instalação da linha telegráfica. Foi, aliás, com a passagem de Rondon nesta região que se iniciou o processo de demarcação das reservas Terena. No caso em questão

*"Além das reservas representarem realmente a redução de um território anteriormente mais amplo de 'terra livre' (no dizer de um velho Terena), e disso implicar em transferência de moradores indígenas de áreas limítrofes para dentro da área destinada a eles como reserva, houve ainda transferência para muito mais longe, dentro de uma política oficial muito bem definida, de colonização interna."* (CARVALHO, 1987:88)

Este último caso pode ser aplicado à reserva de Dourados. Doada em 1917 para o Posto Indígena Francisco Horta, residiam nesta época na reserva 550 Guarani, do subgrupo Kaiowá, principalmente. Foi somente em época posterior que chegaram a esta área índios Terena, provavelmente da aldeia da serra de Maracaju. Para aí se dirigiram incentivados pelo próprio SPI, que via nesta migração uma forma de estímulo para a transformação dos Kaiowá em lavradores. Os Terena passaram a ser vistos e tidos como bons agricultores, enquanto os Guarani eram relegados à condição de "vagabundos", principalmente quando não se submetem ao trabalho sob direção dos Terena.

Com o passar dos anos, o problema agravou-se, ficando claro hoje que a questão fundamental gira em torno da ocupação da terra - ou seja, da reprodução material dos cerca de 8218 índios residentes na reserva de Dourados, numa área de apenas 3539 ha. Nas duas últimas décadas, a mecanização das lavouras e a plantação da soja, incentivadas a partir do desenvolvimento dos projetos agrícolas da FUNAI, acentuaram as desigualdades já existentes entre estes grupos. A concentração das terras em mãos do grupo Terena (e de alguns Guarani, subgrupo Nandeva), em detrimento dos Kaiowá, colocou em risco ainda mais a sobrevivência desta população indígena.<sup>4</sup> Existem, entre os "capitães" Terena, parentelas que possuem trator, carros e casa própria, sendo que apenas parte de suas terras são trabalhadas em parceria com outros índios (PORANTIM, 1983:5). Em muitas destas lavouras, utiliza-se o trabalho assalariado, empregando índios e não-índios.

As outras reservas Terena (Lalima, Cachoeirinha, Pilad Rebuá, Taunay, Ipegue, Limão Verde, Buriti e Nioaque) foram sendo pouco a pouco diminuídas, mesmo depois de passarem pelo processo de demarcação na época da Comissão Rondon. O crescimento populacional entre

---

nas relações comerciais que mantêm com aquele. Daí a escravidão de nova espécie, cuja manutenção é apoiada pela polícia estadual(...). Os camaradas dessas fazendas são, na sua maior parte, índios Terena." Cf. HISTÓRIA do Povo Terena. *Porantim*, Brasília, p. 7, 1983.

<sup>3</sup>Existem remanescentes dos subgrupos Layana e Kinikinão que vivem junto aos Terena nas aldeias de Cachoeirinha, Lalima e São João, esta última localizada na reserva Kadiwéu. Cf. FUNAI. *Comunidades indígenas por município*. Campo Grande: 1992.

<sup>4</sup>Não por acaso, situam-se nesta aldeia e neste subgrupo Kaiowá os maiores índices de suicídio, na atualidade, entre índios Guarani no Mato Grosso do Sul

os Terena, contudo, foi se acentuando, fazendo com que hoje o grupo tenha cerca de 14.000 índios, segundo dados do CIMI (MANGOLIM, 1993:48). A produção excedente comercializada no passado não é mais suficiente para prover o grupo com as mercadorias essenciais à sua sobrevivência. Por um lado,

*"... a terra é insuficiente, não há água, não há técnicas adequadas e os homens acabam vendendo sua força de trabalho às usinas de álcool e açúcar."* (CARVALHO, 1987:55)

Outro caminho para estes índios é a migração para as cidades próximas - Aquidauana, Miranda, Campo Grande e Terenos, entre outras. Nas áreas mais significativas, este mesmo processo levou à implantação de projetos agropecuários pela FUNAI, principalmente a partir da década de 70, visando à produção em larga escala, para o mercado. Estes projetos envolveram a aquisição de insumos (sementes, inseticidas, adubos, etc) junto à própria FUNAI e/ou outras instituições estatais de extensão agrícola. Por outro lado, principalmente na área de Cachoeirinha (Miranda), também foram utilizados empréstimos bancários, com o aval da FUNAI (PORANTIM, 1983:5). Os empréstimos destinavam-se a produtores individuais, com capacidade de ampliar a produção, mediante a contratação de trabalhadores assalariados. Estes produtores, de outra feita, não mais teriam direito à assistência da FUNAI.<sup>5</sup> Entre as lavouras envolvidas estão culturas de arroz, feijão, algodão e milho.


Outro problema enfrentado pelos índios diz respeito à comercialização de seus produtos no mercado regional. Sendo uma produção de escala reduzida, e muitas vezes ainda feita em moldes "tradicionais" (agricultura itinerante), os gêneros alimentícios produzidos não conseguem competir com as mercadorias produzidas em escala comercial, com baixo custo de produção e utilizando processos tecnológicos mais sofisticados. Neste sentido, grande parte do excedente produzido por estes grupos acaba sendo reapropriado no interior do processo de circulação, na sociedade capitalista, já que o montante de dinheiro a que os grupos têm acesso, depois de realizada a venda de sua produção, não cobre mais, minimamente, as necessidades básicas desta população.

Por isso, é cada vez mais comum a combinação do trabalho na roça familiar e a changa (nas usinas de álcool e nas fazendas da região). Uma parte do ano (entressafra), os Terena trabalham nas terras das reservas, principalmente na abertura do roçado, na derrubada de árvores e preparo do terreno, em roças familiares. No outro período, dirigem-se às usinas de álcool, contratados geralmente em bloco, através da intermediação da FUNAI (CEDIN, 1988). Os contratos de trabalho não são conhecidos pelos índios, a não ser pelo "capitão", que em geral aparece como arregimentador de trabalhadores e porta-voz do grupo junto à FUNAI. É este encabeçante que controla a produção diária, recebe o dinheiro (diretamente da destilaria ou por intermédio do "gato") e faz o pagamento aos trabalhadores.

Nas usinas de álcool, os índios trabalham por "empreitada" (tarefa), sem carteira de trabalho assinada, durante cerca de 12 horas diárias. São alojados em barracões, sem latrinas, chuveiro ou luz elétrica. Tanto para higiene como para alimentação, acabam utilizando os córregos localizados nas áreas próximas das usinas. Para a alimentação dos trabalhadores, as empresas usam o sistema do "barracão": o trabalhador

<sup>5</sup>Carvalho chama a atenção para o fato de que, em geral, estes tomadores de empréstimos bancários eram de religião protestante, além de bem situados economicamente no interior do grupo (em alguns casos, possuindo inclusive capital acumulado em atividades produtivas realizadas em outras ocasiões). Cf. CARVALHO, Silvia Maria Schmuziger. *Povo Poké...* p. 55.





só pode adquirir gêneros alimentícios nos armazéns da própria destilaria, onde os produtos são comercializados com preços bastante superiores aos do mercado regional. Não por acaso o índio volta para a aldeia, no fim da safra, não só sem nenhum dinheiro, como muitas vezes retorna a pé... Também são oferecidas refeições em algumas usinas, igualmente descontadas do salário a ser percebido pelo trabalhador.

O trabalho volante, contudo, não se tem restringido a este período da safra da cana. Impõe-se cada vez mais a necessidade de também trabalhar como diarista, em outras épocas do ano (CEDIN, 1988). Nesta modalidade de trabalho volante, não se tem direito de vencimento aos domingos, feriados e no caso de intempéries que impeçam a realização das tarefas acordadas. Mulheres e crianças também são empregadas como diaristas, levando ao deslocamento de famílias inteiras das aldeias. Apesar de realizarem o mesmo trabalho, mulheres e crianças recebem a metade dos salários masculinos - que em geral não alcançam o salário mínimo legal, por um mês de trabalho. Também aqui os índios não têm controle sobre a sua produção nem recebem qualquer comprovante legal que discrimine a tarefa desenvolvida e o salário equivalente.

O que resulta de todo este processo? Nas palavras de Carvalho (1987:65),

*"Quanto mais os Terena saem das reservas para o trabalho assalariado, menos conseguem trabalhar nas suas próprias terras, e mais os donos do poder local reclamarão que há 'muito chão para pouco índio.'"*

### *A reprodução dos grupos indígenas no contexto da sociedade capitalista*

Nesta última parte do trabalho, gostaríamos de destacar nossa proposta de análise teórico-metodológica da questão indígena, a partir deste ponto de partida - a forma como se vem dando a reprodução dos grupos indígenas na sociedade capitalista.

Concordamos com Lombardi (1992:3), quando afirma que o estudo da questão indígena hoje exige analisarmos estes grupos como parte da sociedade capitalista. Não há como entender seu processo de reprodução (inclusive seu processo de *auto-identificação enquanto etnia diferenciada*), sem considerar o processo global de desenvolvimento da totalidade concreta onde estes grupos se inserem - a sociedade capitalista. A questão indígena não apenas aparece e toma corpo neste processo histórico, como assume formas específicas nos diferentes momentos pelos quais passa a própria sociedade onde se insere (LOMBARDI, 1992:3).

Por isso, as condições de existência dos grupos indígenas brasileiros começam a sofrer transformações profundas quando estas populações são inseridas no processo de formação e desenvolvimento do capitalismo, a partir do século XVI. O capital, enquanto relação social, ao impor-se às demais relações de produção enquanto relação dominante, não o faz num processo linear mas contraditório; e é neste espaço contraditório que se realizam as condições específicas de subordinação dos grupos indígenas à forma de dominação do capital (LOMBARDI, 1992:15 et seq.).

Além disso, há que considerar as relações específicas que se estabelecem entre as tendências gerais de desenvolvimento do capitalismo e a forma como se processa a reprodução material dos grupos indígenas. Por exemplo, entender a reprodução material dos grupos indígenas inclui, necessariamente, avaliar a relação destas populações com a propriedade comunal da terra, enquanto condição fundamental para sua existência enquanto grupo *indígena*; condição fundamental mas não *sufi-*

*ciente*, uma vez que esta relação se encontra hoje subordinada às relações sociais dominantes - as relações sociais de produção capitalistas.

Partindo desta perspectiva, consideramos que, enquanto os grupos indígenas puderam, através de processos migratórios, ter a sua disposição terras "livres", disponíveis para a reprodução das condições próprias à sua existência enquanto caçadores/coletores e/ou agricultores, mantiveram em relativa estabilidade o modo de vida anterior. Falamos em relativa estabilidade para caracterizar um momento histórico onde as transformações se processaram ainda de forma a possibilitar a permanência de sua condição material anterior. Mudanças, contudo, e isto é importante frisar, nunca deixaram de acontecer (ou estaríamos deixando o terreno da história...), quer fossem provocadas pelas próprias migrações, quer pelo contato com outros povos e com os colonizadores, mesmo que este contato tenha sido intermitente e envolvesse situações como guerra, perseguições para extermínio, etc. No caso dos grupos estudados, consideramos que esta seja a situação em que se encontram pelo menos até a metade do século XIX - até o momento em que eclode a Guerra do Paraguai. O que corresponde, de forma aproximada, à fase *concorrencial* do modo de produção capitalista.

Após a Guerra do Paraguai, mudanças significativas vão atingir o processo de ocupação das terras indígenas. Em primeiro lugar, grupos inteiros e/ou aldeias foram completamente destruídos com a guerra. Por outro lado, ao retornarem a seus territórios muitos grupos encontraram-nos "ocupados", principalmente pelas fazendas de gado que se formavam neste período. Aos índios restou a demarcação de algumas reservas, pelo Governo Imperial.

Este processo de concentração fundiária só vai acentuar-se após a Proclamação da República. A Constituição Republicana de 1891 delegou aos governos estaduais a propriedade das terras devolutas, nas quais se incluíam as terras indígenas.

Formulou-se, então,

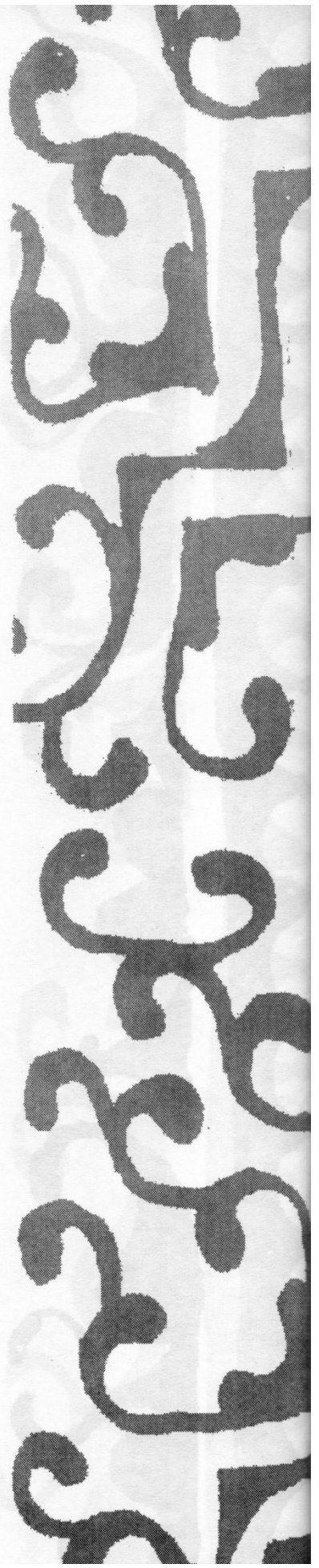
*"... uma política fundiária que se desenvolveu sob a égide da concentração. O Estado passou a doar a colonos, gratuitamente, áreas de no máximo 50 hectares, quando destinadas à agricultura, e de 200 hectares, quando destinadas à pecuária. A compra e o arrendamento, porém, livres de qualquer cerceamento, incidiam sobre áreas gigantescas."* (ALVES, 1984:30)

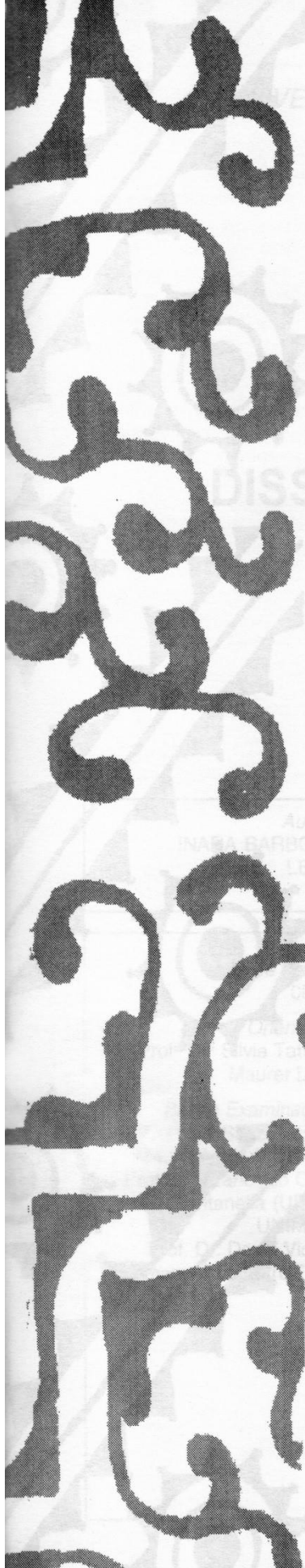
Ainda segundo Alves (Ibid.:31), as casas comerciais, por exemplo, passaram a participar diretamente na produção, investindo na compra de grandes extensões de terra para pecuária extensiva. Por outro lado, e numa experiência inédita de participação do capital financeiro na região, a Companhia Mate Laranjeira, ligada ao Banco Rio e Mato Grosso, parte para a exploração dos ervais nativos do sul do Estado. Ora, em todos estes casos, a expansão do capital vai interferir, de forma direta, no elemento primordial de reprodução das condições de existência indígena: a terra.

Este momento de passagem do século XIX para o século XX representa também a etapa quando

*"... a livre concorrência, que na sua realização levou a uma progressiva concentração do capital, foi, ela própria, superada numa determinada etapa da evolução histórica desse processo de concentração ao ser gerado o monopólio. Dessa forma, o capitalismo atinge sua 'fase superior', o imperialismo."* (ALVES, 1984:38. Grifos do autor.)

Desta forma, é já neste momento de transição para a fase monopólica do capitalismo que os grupos indígenas vão perdendo, de forma acentuada, as condições materiais que permitiam sua reprodução nos moldes da "comunidade primitiva". Tanto mais representativo se torna este processo, quanto mais claramente o capital financeiro, forma hegemônica





de manifestação do capital nesta etapa histórica, se faz presente na economia mato-grossense.

Uma das formas de manifestação do capital financeiro na região  
“... corporificou-se em empresas de produção e de transportes, a ele diretamente ligadas, instaladas entre fins do século XIX e início do século XX.(...)A ação das empresas diretamente ligadas ao capital financeiro, que eliminou a mediação da casa comercial, começou por intensificar o processo de concentração da propriedade fundiária e da produção em Mato Grosso.” (ALVES,1984:43)

Mais uma vez, as poucas terras indígenas que escaparam ao processo de concentração fundiária foram aquelas “reservadas” para estes grupos, seja pela Comissão Rondon, como mais tarde pelo SPI. Estas terras, contudo, apenas legitimavam a posse “privada”, pelos índios, de nada mais que seus locais de residência... Na verdade, conforme os relatos da própria Comissão, os índios já se encontravam inseridos na economia regional, ou como “camaradas” (nas fazendas de gado ou nos ervais), ou como fornecedores de produtos agrícolas, no que certamente contribuíram para diminuir os custos de reprodução da força de trabalho na região. Isto quando Mato Grosso, sob a hegemonia do capital financeiro, se especializava na produção pecuária, visando ao abastecimento do Centro-Sul do País (ALVES,1984:57).

Neste processo de expansão do imperialismo, no século XIX e início do século XX, inclui-se também a ferrovia. A implantação da ferrovia permitiu ao capital baratear os custos de produção e transporte das mercadorias produzidas em Mato Grosso, notadamente o rebanho bovino, vendido no eixo São Paulo/Santos, onde a carne também era beneficiada. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil também atravessou áreas Terena, além de que este grupo participou das turmas de trabalhadores encarregados de sua construção.

O processo de pauperização das populações indígenas, no entanto, avançou século adentro, num movimento marcado tanto pela incorporação destes grupos nas camadas sociais mais desprivilegiadas da sociedade capitalista, como pela sobrevivência (sob formas diversas), de resquícios das relações de produção nas quais estes grupos estavam envolvidos no período pré-contato (MARX Apud LOMBARDI, 1992:16).

Enquanto o processo de formação da classe trabalhadora no campo resultou na expropriação generalizada dos antigos camponeses, de forma que

“... é esta gente que não tem mais terras, nem para trabalhar de “a meia”, não é mais agregado de fazenda, não tem agora garantia no emprego, que fornece a mão de obra volante, empreitada através do “gato”. (CARVALHO,1987:62-63. Grifos do autor)

Como destaca Carvalho (1987:65), no caso dos índios, contudo, que permaneceram simultaneamente changuistas e produtores diretos

“... temos as terras da reserva - embora reduzidas e descontínuas - constituindo um chão comunal, onde (...) ao menos não paga pela moradia e pela água que consome, durante a entressafra, quando não trabalha na usina.”

A propriedade comunal da terra, ainda que em escala reduzida e insuficiente para garantir a reprodução destes grupos nos moldes tribais, é fundamental, no entanto, para entendermos a permanência de vestígios da vida tribal primitiva, tanto na base material, como no universo de representações destes grupos (o que permite ao índio pensar-se, por exemplo, como *etnia diferenciada*...).

É importante frisar, contudo, que os grupos indígenas

“... não possuem uma perspectiva histórica fora ou a margem da estrutura de classes predominante na sociedade global.” (LOMBARDI,1992:16)

Neste sentido, a tendência histórica de desenvolvimento do capitalismo implica na subordinação destas relações ao capital, como formas sociais dependentes (LOMBARDI, 1992:16). Por isso, é cada vez mais difícil, para todos os grupos, trabalhar em suas próprias terras, como produtores diretos, procurando sua auto-sustentação em condições igualitárias, como pudemos observar nos casos Kadiwéu, Terena e Guarani. Ainda mais quando o Estado, enfrentando os problemas relacionados à reprodução do parasitismo e do próprio capitalismo, em última análise, restringiu a ação assistencialista nas áreas indígenas.

Por outro lado, a propriedade comunal da terra não impediu, em certas condições, a exploração privada da terra no interior das reservas, como nos casos de certas áreas Terena, na reserva de Dourados ou em partes da área Kadiwéu. Estes empreendimentos, agenciando força de trabalho familiar e/ou assalariada (inclusive de outros índios), fazendo uso da mecanização, assistência técnica especializada, financiamento bancário, etc, reproduzem, no interior destes grupos, as desigualdades materiais próprias à sociedade capitalista. Neste caso, em moldes capitalistas, o índio logra alcançar seu "auto-sustento" como produtor (não produtor direto, mas como produtor capitalista - produtor de mercadorias...). Logra alcançar, ainda, sua condição de igualdade em relação ao que tem marcado a condição *humana* nesta sociedade - seja como produtor direto, como trabalhador assalariado; seja através da exploração privada da terra, em condições de posse privada dos meios de produção.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história: 1870-1929. Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-78, 1984.
- À MARGEM de suas terras semeiam a esperança. *Porantim*, Brasília, p. 12, [1980?].
- A ARAPUCA do financiamento. *Porantim*, Brasília, p. 16, out. 1982.
- BODOQUENA: índios x posseiros. *Porantim*, Brasília, p. 5, set. 1983.
- CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo. A diversidade cultural de Mato Grosso do Sul. *Porantim*, Brasília, abr. 1986. Suplemento, p.1-4.
- CARVALHO, Sílvia Maria Schmuziger. *Povo Poké terra terena*. Araraquara: Centro de Estudos Indígenas, [1987].
- \_\_\_\_\_. Chaco: encruzilhada de povos e "melting pot" cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In: CUNHA, Maria Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP, SMC, Companhia das Letras, 1992. p. 457-474.
- CEDI, Museu Nacional. *Terras indígenas no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: 1987.
- CEDIN. *Relatório da Comissão instituída pelo CEDIN/MS, que visitou as destilarias de álcool de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: 1988.
- DOURADOS, área em conflito. *Porantim*, Brasília, p. 5, set. 1983.
- ENCONTRO PARA PROGRAMAÇÃO DE AÇÃO CONJUNTA PARA ASSISTÊNCIA ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 1, 1992, Amambai. *Relatório...* Amambai: FUNAI, 1992.
- FUNAI. *Postos indígenas: subsídios para uma atuação conjunta Estado de Mato Grosso do Sul, Ministério do Interior e FUNAI*. Campo Grande: [198\_].
- \_\_\_\_\_. *Comunidades indígenas por município*. Campo Grande: 1992.
- HISTÓRIA do Povo Terena. *Porantim*, Brasília, p. 7, jun./jul. 1981.
- LOMBARDI, José Claudinei. *Marxismo, capitalismo e questão indígena*. Guaíra: 1992.
- MANGOLIM, Olivio. *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos*. Campo Grande: CIMI, 1993.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro 1: O processo de produção do capital.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1982. Parte 1: As fronteiras da civilização. Índios do sul de Mato Grosso. p. 79-90.

